

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.542.085 - MG (2019/0204714-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : TERUO TAKIZAWA - ESPÓLIO
REPR. POR : LIACI SOUZA TAKIZAWA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : RODRIGO FERRAZ DE OLIVEIRA PEREIRA
ADVOGADO : RODRIGO FERRAZ DE OLIVEIRA PEREIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - MG083158N

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO - JULGAMENTO ULTRA PETITA - INOVAÇÃO RECURSAL - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. A concessão de tutela jurisdicional com alcance inferior ao requerido não importa em julgado ultra petita. (v.v.) "A decisão ultra petita é aquela que excede ao pedido, e embora seja nula, pode ser corrigida pelo Tribunal, para restringir o provimento judicial ao limite constante do pedido formulado na inicial. A lide é delimitada pelos argumentos e pedidos formulados na inicial e na contestação, não cabendo às partes inovar em outra oportunidade, sob pena de se ferir os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa". De conformidade com o art. 585, II, CPC, o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas é título executivo extrajudicial.

Nas razões do especial, aponta o agravante existência de dissídio jurisprudencial, além de violação dos artigos 1.013 do Código de Processo Civil; 421, 422, 884 e 2.035 do Código Civil; 1º, 2º, 3º, 4º e 51 do Código de Defesa do Consumidor. Alega desacerto no acórdão estadual que não analisou todo o conjunto fático-probatório quando da prestação jurisdicional, destacando que não se determinou o decote da dívida cobrada, em face da confissão da parte adversa quanto ao recebimento antecipado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Afirma que a relação entre os litigantes é de consumo e que o agravante é a parte hipossuficiente da relação, devendo-se reduzir o valor entabulado (30% - trinta

Superior Tribunal de Justiça

por cento - da quantia da indenização securitária) diante de sua abusividade. Defende que a proteção da lei consumerista é matéria de ordem pública, sendo possível suscitar em qualquer fase do processo.

Sustenta a exorbitância do valor cobrado, ante a violação dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, boa-fé contratual, função social do contrato, liberdade de contratar, autonomia da vontade, como também, da falta de complexidade do trabalho desempenhado e da não prestação integral do serviço pactuado, fatores que demonstram enriquecimento sem causa da parte adversa.

Assim delimitada a controvérsia, passo ao exame do recurso.

De início, no tocante à aplicação da proteção da lei consumerista e do adiantamento de parte do valor cobrado, verifico que as questões não foram debatidas no acórdão recorrido, não servindo de fundamento a conclusão adotada pelo Tribunal de origem, estando ausente o requisito indispensável do prequestionamento, exigido, inclusive, para as matérias de ordem pública. Incidem, na hipótese, as Súmulas nº 282 e 356 do STF.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APONTADA OMISSÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. VERIFICADA FALTA DE APRECIÇÃO DA ALEGAÇÃO RELATIVA AO EFEITO TRANSLATIVO DO RECURSO ESPECIAL. COISA JULGADA. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, na instância especial, é vedado o exame ex officio de questão não debatida na origem, ainda que se trate de matéria de ordem pública.
2. Não tendo sido discutida nas instâncias ordinárias a questão da prescrição, é inviável sua apreciação nesta instância. Incidem no caso as Súmulas 282 e 356/STF.

3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

(EDcl no AgRg no REsp 948.003/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 3/12/2013)

No tocante ao outro ponto, é de se ressaltar que, à luz do princípio da congruência, quando do julgamento da apelação, deve o tribunal se ater à matéria

Superior Tribunal de Justiça

devolvida à sua apreciação, aplicando-se, de forma correlata, o princípio *tantum devolutum quantum appellatum*.

Analisando as razões e fundamentos do acórdão atacado, verifico que o Colegiado estadual não incorreu na alegada violação do princípio da congruência, pois apenas analisou a lide nos limites dos temas devolvidos, visto ter consignado expressamente a validade do contrato e a capacidade das partes.

Com efeito, o Colegiado estadual, com base nas cláusulas do contrato entabulado, nos fatos e provas dos autos, concluiu pela exigibilidade do valor pactuado e da higidez da cobrança, bem como da não ocorrência de nulidade do ato jurídico, como se extrai dos seguintes trechos (fls. 206-208, e-STJ):

A liquidez, por sua vez, está relacionada à possibilidade de se determinar a importância devida por meio de mero cálculo aritmético.

Ora, o primeiro Apelante apresentou, com o contrato, a planilha de f. 04 dos autos da execução, demonstrando os valores devidos pelo segundo Apelante e a forma de sua composição.

Conclui-se, pois, que o crédito executado pelo primeiro Apelante é certo e líquido, eis que preenche os requisitos legais, possuindo embasamento negocial não viciado, e foi devidamente delimitado através de simples cálculo aritmético.

Mister salientar que não restou comprovada nos autos a incapacidade civil absoluta do contratante no momento da negociação, em 09 de novembro de 2005, já que sua interdição foi decretada em maio de 2007, f. 107/109.

Resta, portanto, discutir a respeito do valor devido ao primeiro Apelante, uma vez que o segundo Apelante alega que não houve a prestação de serviços nos moldes contratados.

(...)

Contudo, analisando os autos, verifica-se que o primeiro Apelante prestou os serviços, nos termos contratados, cumprindo as obrigações que lhe foram impostas.

Dos documentos de f. 10/33 dos autos da execução, constata-se que o primeiro Apelante formulou pedido administrativo de pagamento da indenização securitária, praticando todos os atos necessários ao deferimento do pedido pela Seguradora.

Constatada a invalidez do seguro, o benefício foi deferido, sendo solicitada pela Seguradora a apresentação do termo de curatela, para

finalização do processo administrativo, conforme ofício de f. 29.

Sendo assim, foi ajuizada a ação de curatela, através da qual o segundo Apelante recebeu o valor integral da indenização securitária, mediante depósito judicial, f. 36/37.

O primeiro Apelante cumpriu as obrigações assumidas no contrato firmado com o segundo Apelante, uma vez que, embora o ajuizamento da ação de curatela tenha sido pela ex-esposa do primeiro Apelante, foi uma exigência imposta pela Seguradora, para o pagamento da indenização.

Ora, o fato de o pagamento ter sido realizado através da ação de curatela, e não pela via administrativa, não configura defeito na prestação dos serviços prestados pelo primeiro Apelante, que praticou todos os atos necessários ao êxito da demanda.

Ressalte-se que o segundo Apelante não apresentou provas de suas alegações, não tendo sequer levantado argumentos quanto ao descumprimento do contrato na petição inicial, conforme consta na preliminar de inovação recursal.

Para rever as conclusões do acórdão recorrido seria necessária a revisão de cláusulas contratuais, bem como o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial, consoante entendimento das Súmulas 5 e 7/STJ. De igual teor:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS — ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO DO PERCENTUAL FIXADO NA ORIGEM. ANÁLISE DO CONTRATO. REEXAME DOS FATOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem a interpretação das cláusulas contratuais e o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).
2. No caso concreto, o Tribunal de origem, com base na análise dos termos do contrato e na avaliação dos serviços advocatícios prestados, considerou adequada a redução do percentual dos honorários ao patamar de 20% do quinhão pago à herdeira. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das cláusulas contratuais e das peculiaridades do processo, o que é vedado em recurso especial.
3. Apenas em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisório ou exorbitante o valor dos honorários, a jurisprudência desta

Superior Tribunal de Justiça

Corte permite o afastamento do referido óbice para possibilitar a revisão da quantia fixada.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 510.851/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 22/5/2018)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

